

# Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto



## Relatório de Actividades e Contas 2015

Lisboa (Sede da Confederação)

12 Março 2016

## Índice

<b>Introdução</b>	3
<b>I. Projectos Associativos e Dia Nacional das Colectividades</b>	4
1.1. A Brincar, vamos associar	4
1.2. Jogos Tradicionais	4
1.3. Agita Portugal, pela sua mexa-se?	6
1.4. Hino da Confederação	6
1.5. Dia Nacional das Colectividades e Aniversário da Confederação	6
1.6. Género Colectivo	7
<b>II. Gestão e sustentabilidade financeira</b>	7
2.1. Estruturas de receitas e despesas gerais do MAP	7
2.2. Conselho Fiscal/Autoridade das Contas	9
<b>III. Formação e qualificação</b>	9
3.1. Formação e Qualificação Geral	9
3.2. Estágios Curriculares e Profissionais	10
3.3. Capacitação dos Dirigentes da Confederação	11
3.4. Ensino Superior	12
<b>IV. Comunicação, informação, imagem e movimentos sociais</b>	12
4.1. Comunicação, Informação e Imagem	12
4.2. Movimentos Sociais	13
<b>V. Área administrativa, jurídica e fiscalidade</b>	13
5.1. Novas Filiadas	13
5.2. Área Administrativa	14
5.3. Consultoria Jurídica	15
5.4. Consultoria em Contabilidade e Fiscalidade	15
5.5. Funcionamento dos Órgãos Sociais	16
5.6. Deliberações Internas	16
5.7. Convites e Representações	16
5.8. Galardões e Distinções	17
5.9. Actividade Geral dos Dirigentes (Direcção)	18
<b>VI. Relações internacionais</b>	19
<b>VII. Congresso Nacional de Colectividades</b>	20
<b>VIII. Processo Eleitoral (2016)</b>	20
<b>IX. Notas finais</b>	21

## **Introdução**

O Relatório 2015 que aqui se apresenta, é uma obrigação estatutária e regimental. Este relatório, por se tratar do último do mandato 2013/2016, assume uma importância fundamental uma vez que proporciona a prestação de contas referente ao ano de exercício mas também ao mandato. Começamos por identificar o que, constando do Plano de Acção, ficou por fazer e quais as razões.

No que respeita a projectos, ficaram por cumprir o PEJADA; Portal Mais Futuro; Animar as zonas históricas, por falta de disponibilidade dos membros da Direcção. Na área da estruturação ficaram por constituir as Federações Distritais de Braga, Viana do Castelo, Castelo Branco e Coimbra por falta de dinâmica das filiadas nas regiões. Ficou ainda por fazer a “Prova de Vida” das filiadas como forma de actualização de ficheiros por falta de cooperação de algumas Estruturas Descentralizadas.

Por outro lado, como o Relatório adiante mostra, foram cumpridos todos os restantes objectivos e mesmo ultrapassados alguns que se consideravam (quase) impossíveis. Foram ainda dadas respostas a solicitações que não estando no Plano de Acção, a vida veio impor a sua necessidade.

Podemos afirmar que as grandes tarefas do ano 2015 foram o encerramento do Q3 com toda a sua complexidade e exigência técnica e de gestão; o projecto Jogos Tradicionais que atingiu o seu ponto mais alto desde que existe na Confederação; a criação do Hino da Confederação enquanto sonho antigo de gerações de dirigentes; o Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes num quadro organizativo absolutamente inovador e com uma análise/diagnóstico e propostas de recomendações a curto, médio e longo prazo.

O período em que se realizou este mandato e em particular este último ano, foram de grande exigência associativa e de grande dificuldade para as colectividades, dirigentes, famílias e associados. A composição social do associativismo popular é coincidente com as camadas mais sacrificadas da população nos momentos de crise económica e financeira como a que atravessámos entre 2011 e 2015. Não conhecemos ainda a verdadeira dimensão das consequências que este período trouxe ao associativismo. Sabemos, contudo, que muitas colectividades suspenderam actividades, algumas encerram, outras continuam a lutar com imensas dificuldades.

A Confederação procurou ao longo deste mandato identificar as causas, as dificuldades e apresentámos propostas de solução. Não estamos descansados mas estamos de consciência tranquila e com a determinação de continuar a lutar por um movimento associativo que seja de facto reconhecido, valorizado, apoiado e seja um verdadeiro poder que contribua para a transformação social que tão necessária é para uma sociedade mais justa, mais solidária, mais equitativa e mais humana.

## **I. Projectos Associativos e Dia Nacional das Colectividades**

### **1.1. A Brincar, vamos associar**

O Projecto “A Brincar, Vamos Associar!” que a Confederação criou em conjunto com o Montepio e desenvolve desde o ano lectivo 2013/2014 para os alunos do 1.º e 2.º ciclo nos estabelecimentos de ensino por todo o País, tem visto protelado o seu encerramento, por dois motivos fundamentais: Primeiro, porque o calendário e os programas escolares deixam pouco espaço para iniciativas extracurriculares. Segundo, porque a sua disseminação foi idealizada para o envolvimento directo das Câmaras Municipais no processo, tendo muitas delas manifestado interesse e vontade que posteriormente “encaham” nos serviços internos, não obstante os esforços continuados dos serviços administrativos da Confederação.

Durante o ano de 2015 foram realizadas iniciativas para apresentação e distribuição do livro a crianças dos Concelhos seguintes: Estarreja; Vila Verde; Barcelos (2); Braga; Arraiolos; Faro; Óbidos; Vila Franca Xira; Felgueiras; Valongo (2); Alcanena; Almada (4); Sesimbra. Em todas estas iniciativas estiveram presentes Dirigentes da Confederação e ou das Estruturas Descentralizadas. O projecto vai encerrar no final do mês de Março de 2016.

### **1.2. Jogos Tradicionais**

Demos seguimento ao Projecto Jogos Tradicionais, desenvolvendo uma série de iniciativas com a colaboração de várias estruturas associativas como Federações Distritais e Associações Concelhias que, no seu conjunto, abrangeram mais de 35.000 praticantes. Destacamos as Federações Distritais de Santarém, Lisboa, Setúbal, Aveiro e Algarve e as Associações Concelhias de Valongo, Porto, Almada, Barreiro, Matosinhos e Torres Novas.

Foram distribuídos Kits de Jogos Tradicionais por todas as estruturas aderentes ao projecto que, por sua vez as ampliaram, diversificaram e promoveram iniciativas junto das comunidades locais de onde se destacam as crianças e jovens, mas também adultos e seniores. Deu-se seguimento aos objectivos que foram definidos desde a primeira hora deste projecto e que são a recolha de todos os jogos tradicionais existentes, recolha de jogos em vias de extinção ou extintos; recolha dos calendários competitivos existentes; bibliografia existente, bem como trabalhos académicos como trabalhos finais de licenciatura, mestrados ou doutoramentos. Em paralelo desenvolveu-se o novo projecto Escola Itinerante de Jogos Tradicionais direccionado aos alunos do 1º e 2º ciclo do ensino básico, que obteve uma grade

adesão por parte das estruturas descentralizadas já mencionadas, realizando-se mais de 160 iniciativas do norte a Sul do País.

Com o apoio financeiro e institucional do IPDJ, do Plano Nacional de Ética no Desporto e o apoio institucional do COP- Comité Olímpico de Portugal, foi apresentada uma Exposição ao longo de 6 meses no Museu Nacional do Desporto – Palácio Foz em Lisboa sob o título genérico “100 Jogos Tradicionais - 100% Futuro! o que veio conferir uma maior projecção e visibilidade aos projectos. Foram ainda realizadas 5 Conferências temáticas ao longo do período em que a exposição esteve aberta ao público onde participaram alguns dos maiores investigadores e especialistas em Jogos Tradicionais do nosso país.

No ano de 2015 foram dados passos importantes pela Comissão Instaladora da Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais, tendo-se efectuado a sua constituição formal com o registo dos Estatutos em notário, prevendo-se que no primeiro semestre de 2016 sejam eleitos os seus órgãos sociais, estando neste momento a decorrer uma campanha nacional de angariação de sócios.

No âmbito internacional participámos nos fóruns da TAFISA - Projeto Jogos do Passado Desporto do futuro, donde destacamos a reunião realizada em Setúbal em Março de 2015 e que permitiu realizar o primeiro seminário no Museu Nacional do Desporto com o tema “Jogos Tradicionais na Europa. Este projecto foi apresentado em Julho ao Comissário Europeu do Desporto, em Bruxelas, no Parlamento Europeu e simultaneamente foi lançada a plataforma eletrónica e o livro com as fichas dos jogos recolhidos dos vários países participantes, com a particularidade de serem as primeiras fichas ao nível mundial a adotarem o novo símbolo referente a pessoas com necessidades especiais, pois todos os jogos constantes do livro tem adaptações para este segmento da população europeia.

Foi ainda decidido que este projecto iria começar a sua segunda fase financiado pelo programa ERASMUS no ano de 2016. No âmbito internacional garantimos a realização dos Jogos Mundiais em 2020 em Portugal organizados pela TAFISA. Participámos ainda no Fórum e em reuniões da Federação Mundial e Europeia dos Jogos Tradicionais. Realizámos a Exposição de Jogos Tradicionais no Museu Nacional do Desporto que apresenta 100 jogos de todo o país e que se designou por “100% Futuro” e que foi inaugurada no início do ano de 2015.

### **1.3. Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se!**

O Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se! Teve o seu desenrolar natural por iniciativa das filiadas que continuam a desenvolver esta excelente prática para a saúde e convívio. Por falta de apoios financeiros, a Confederação não pôde no ano 2015, alargar este projecto a mais áreas e a mais colectividades, não obstante ter sido previsto no Plano de Actividades e se ter apresentado candidatura no âmbito do Programa Nacional de Desporto para Todos. O IPDJ pelo 4º ano consecutivo não inclui o projecto nos programas financiados.

### **1.4. Hino da Confederação**

Sendo um desejo dos mais antigos desde sempre dos dirigentes da Federação e Confederação, foi possível no ano de 2015, dar corpo a este projecto.

Foi feita uma pesquisa no Centro de Documentação da Confederação ao mesmo tempo que era solicitada uma proposta a um reconhecido Maestro. Acabou por se decidir pela primeira solução e assim, deu-se desenvolvimento a uma partitura que tendo sido oferecida nos anos 40 do século passado, nunca fora tocada.

Foi proposto à Colectividade em que tinha tido origem (SFUCO), seus dirigentes e Maestro que fizessem os arranjos necessários à sua utilização na actualidade.

Estes acederam e o Hino da Confederação foi apresentado publicamente no dia 7 Novembro no encerramento do Congresso Nacional das Colectividades em Lisboa.

Posteriormente, o Conselho Nacional da Confederação, aprovou uma Resolução Associativa, (Dezembro - Covilhã) onde o designou com o título "Ideal Associativo", tendo ainda decidido que o mesmo deverá ser publicado em formatos que permitam a sua divulgação e utilização generalizada pelo movimento associativo popular.

### **1.5. Dia Nacional das Colectividades e Aniversário da Confederação**

O Dia Nacional das Colectividades em 2015 foi dedicado aos Jogos Tradicionais para pessoas com Deficiência. Esta iniciativa que decorreu no Auditório do COP – Comité Olímpico de Portugal, teve ainda a colaboração do CPP – Comité Paralímpico de Portugal que participou na sessão comemorativa apresentando várias comunicações técnicas e de política desportiva para Deficientes. Foram feitas entregas de Galardões e Distingções bem como um momento cultural de grande qualidade.

## **1.6. Género Colectivo**

Sendo a problemática da igualdade de género uma área de extremo interesse para o MAP, a Confederação em parceria com a Coolabora, CRL - entidade promotora com sede na Covilhã, e ainda com o Teatro das Beiras, participou no aprofundamento desta temática, junto de algumas das nossas filiadas na Covilhã, proporcionado aos dirigentes, neste âmbito, uma mostra de actividades do projecto, por altura da realização do Conselho Nacional da Confederação em Dezembro de 2015 de onde se destacam a visita ao Museu dos Lanifícios da Covilhã, um sketch de Teatro e uma apresentação em Vídeo sobre a temática.

## **II. Gestão e sustentabilidade financeira**

### **2.1. Estruturas de receitas e despesas gerais do MAP**

A estrutura de receitas do MAP continua a ser a de sempre: estatutárias (quotas e actividades); não estatutárias e privadas (alugueres de espaços, publicidade e bares); e públicas (autarquias).

Os 4 anos que antecederam, foram muito exigentes e os reflexos foram-se fazendo sentir de ano para ano. A redução de receitas por via das famílias, dos privados e do Estado foi determinante. A situação gravíssima de dificuldades financeiras e de políticas que directa ou indirectamente atingiram o associativismo, provocaram perdas e danos que ainda não é possível calcular. Esta situação teria que, mais tarde ou mais cedo, ter reflexos na Confederação.

Do lado das despesas, no que à Confederação diz respeito, estas continuaram a ser reduzidas ao limite de não impedir o funcionamento da Confederação, tendo como prioridade o pagamento de salários e encargos, os compromissos com terceiros sejam associativos, privados ou públicos. Foram efectuadas medidas de contenção em tudo e todas as áreas em que era possível.

Conjugaram-se vários factores negativos para que a situação financeira tivesse atingido a maior gravidade desde que a Confederação existe enquanto tal (2003). Por um lado, terminaram os grandes projectos que garantiam parte da sustentabilidade financeira, através do sistema de imputações. Por outro lado, algumas Câmaras Municipais que têm Protocolos de Formação não efectuaram os devidos pagamentos, tendo-se registado atrasos significativos. Por outro lado ainda, algumas Estruturas Descentralizadas não cumpriram com a sua função

de receber a Quota Mínima Nacional e procederem aos respectivos acertos de contas, tendo contribuído para uma situação de pré-ruptura de tesouraria. Por fim, há a considerar que o Estado (Governo) ao não ter contribuído com qualquer valor para a realização do Congresso Nacional das Colectividades, obrigou ao desvio de apoios que de outra forma teriam sido para as actividades exclusivas e regulares da Confederação.

Esta situação obrigou a Confederação a solicitar a algumas estruturas descentralizadas o reconhecimento técnico da dívida das filiadas que se encontram sob sua responsabilidade. Este reconhecimento não obriga as estruturas a assumir a dívida das filiadas. A forma solidária como estas estruturas contribuíram para a solução técnica deste problema deve ser reconhecido e valorizado.

A situação económica e financeira do país com a perda de poder de compra das famílias, a falta de sensibilidade de alguns dirigentes das filiadas, a falta de meios/estruturas de recebimento e a falta de iniciativa de algumas estruturas descentralizadas no recebimento regular das quotizações traduz-se num dos principais problemas para a sustentabilidade do Movimento Associativo desde a colectividade à associação concelhia, passando pela federação distrital e terminando na confederação.

O quadro seguinte mostra a situação acumulada nos anos correspondentes ao mandato 2013/2016, no que respeita às dívidas das filiadas que se encontram sob responsabilidade directa das Estruturas Descentralizadas.

DÍVIDA DAS FILIADAS À ESTRUTURA ASSOCIATIVA									
2013			2014			2015			Total em Dívida
Por Receber	Recebido	Dif.	Por Receber	Recebido	Dif.	Por Receber	Recebido	Dif.	
74.600,00	3.350,00	71.250,00	82.600,00	7.550,00	75.050,00	106.200,00	32.900,00	73.300,00	219.600,00

Nota: Valores apurados em 31 de Dezembro de 2015, segundo a Base de Dados da CPCCRD



## **2.2. Conselho Fiscal/Autoridade das Contas**

A Direcção, consciente da gravidade da situação financeira da Confederação, foi mantendo informado o Conselho Fiscal enquanto órgãos de fiscalização dos actos da Direcção e apresentando soluções que, regra geral, mereceram a solidariedade e apoio do Conselho Fiscal.

Foi igualmente dada a informação geral necessária à Mesa do Congresso que sempre manifestou a sua solidariedade com a Direcção.

## **III. Formação e qualificação, projectos e parcerias**

### **3.1. Formação e Qualificação Geral**

A CPCCRD continuou a assumir, em 2015, a Formação e Qualificação dos Dirigentes e Activistas Associativos como estruturante para uma intervenção mais eficaz e eficiente, embora num âmbito bem mais reduzido face ao encerramento do Projecto Q3.

Contudo e com objectivos mais circunscritos:

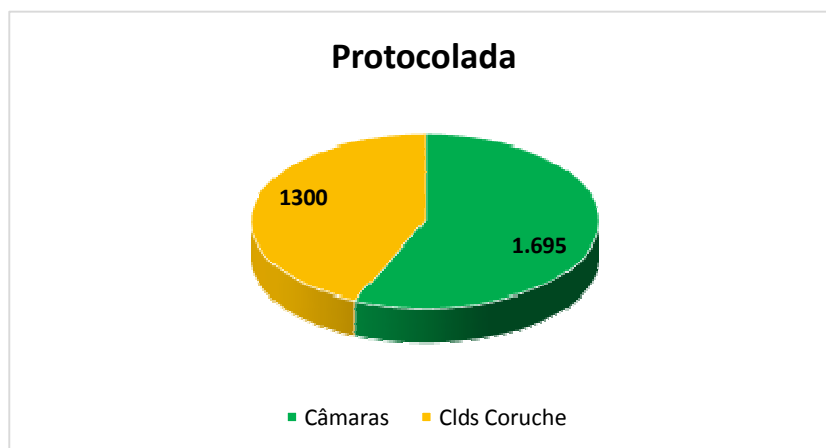
Melhorámos o Plano Nacional de Formação e Qualificação Associativa (PNFQA), com diferentes níveis e vários objectivos, onde se visa que a formação associativa seja apropriada com uma representação positiva enquanto componente da vida associativa e cívica, mas também pessoal e profissional, como um investimento em capital humano. O enfoque na sua consolidação definiu prioridades no domínio da Formação Geral Associativa. Porém muito há a fazer nesta dimensão e, pensamos, deve fazer parte das prioridades da missão da CPCCRD;

Demos sequência à dinâmica dos protocolos, procurando eficácia e eficiência, com a convicção de que esta vertente configura um critério para a sustentabilidade financeira e orgânica da Confederação. Alargamos, em número e em dirigentes envolvidos, os protocolos com as autarquias, alargando os conteúdos de oferta, adaptados às necessidades emergentes e manifestas. Já quanto às estruturas não conseguimos atingir os objectivos sendo, também, uma área a melhorar profundamente. Mantivemos o modelo de seminário formativo (8 horas). Conseguimos aumentar tanto o volume de formação protocolada, 1.695 horas, como a própria receita que registou um acréscimo.

Para este resultado contribuiu o desenvolvimento de um protocolo, pontual, com o Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) de Coruche, materializado em parceria com a

FENACERCI, no total de 5 módulos e 3 workshops com um volume de 1.300 horas de formação. (50 formandos X 25 horas de formação).

Não obstante as dificuldades de resposta positiva dos nossos dirigentes aos processos formativos, conseguimos estabelecer 6 novos Protocolos: Junta de Freguesia da Charneca da Caparica e Sobreda, Junta de Freguesia de Rio de Mouro, Camara de Serpa, Camara de Torres Vedras, Camara de Salvaterra de Magos e Camara de Constância.

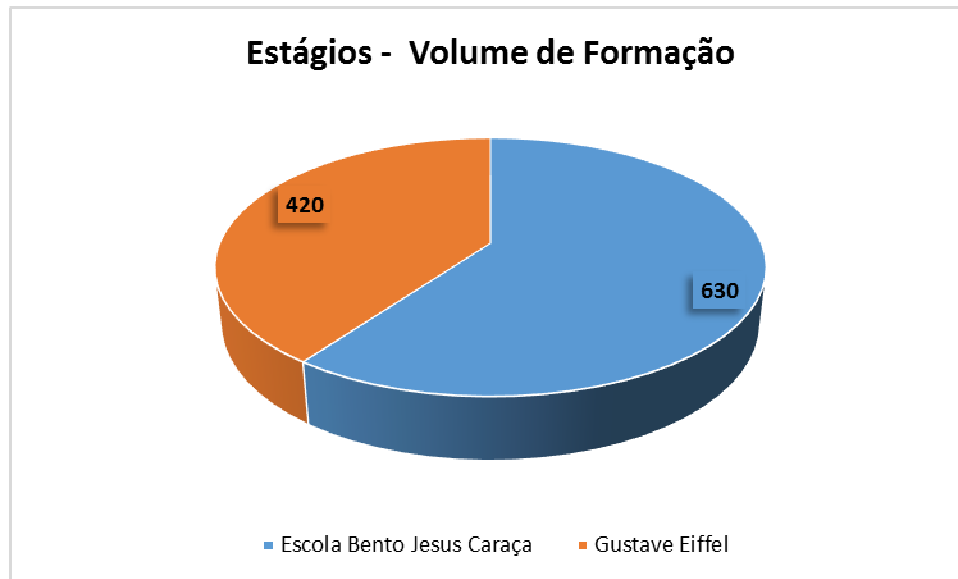


Mantivemos o protocolo com a Academia de Colectividades do Distrito do Porto para agilizar e descentralizar o processo formativo na região Norte mas o mesmo ainda não está operacionalizado.

Também o protocolo para a área da formação, com o INOVINTER, que permite responder a necessidades formativas em zonas em que não existem protocolos com as autarquias, não obteve os resultados previstos sendo, no entanto, nossa convicção que pode existir aqui uma boa resposta à resolução de problemas formativos de dirigentes e trabalhadores.

### **3.2. Estágios Curriculares e Profissionais**

Continuámos a acolher estagiários/as da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (3x210h) e da Escola Gustave Eiffel (1x420h). Esta é, a nosso ver, uma boa prática que deve ser estimulada. Por um lado apropriamos competências técnicas que não possuímos e, por outro, abrimos a sensibilidade para o associativismo a novos públicos e, ainda, contribuímos para uma melhor inserção de futuros trabalhadores no mercado de trabalho.



No âmbito do protocolo celebrado com o Grupo de Empresas Quali+consultoria e Glise work solutions desenvolvemos um seminário formativo sobre a área da Saúde e Segurança no Trabalho, cujo público-alvo estava configurado nos Dirigentes da CPCCRD e das Estruturas alargado a trabalhadores. Contámos com 13 Dirigentes e 4 trabalhadores numa acção que teve a duração de 3 horas e que consubstancia um volume formativo de 51 horas.



### 3.3. Capacitação dos Dirigentes da Confederação

Apresentámos candidaturas ao PO ISE, enquadrada no Quadro Comunitário em vigor (Agenda 2020) cuja medida pretende a Capacitação das Organizações com representação no Conselho

Nacional para a Economia Social (CNES). A análise e consequente resposta deveriam estar concluídas e disseminadas em meados de Novembro o que ainda não ocorreu.

### **3.4. Ensino Superior**

Continuámos e reforçámos as relações com as Faculdades que têm manifestado interesse em fazer formação para Dirigentes Associativos. Mantivemos os contactos que permitiram participar em Colóquios, Conferências e Fóruns muito diversificados, bem como mantivemos um dirigente nacional a fazer Mestrado na Universidade Católica do Porto e uma dirigente nacional a fazer Pós-graduação no ISCSP em Lisboa. Continuámos a ter dirigentes a frequentar o sistema de “Auditores Livres” e a Licenciatura com total aproveitamento no ISPA.

## **IV. Comunicação, informação, imagem e movimentos sociais**

### **4.1. Comunicação, Informação e Imagem**

Dando continuidade à política de comunicação e informação, durante o ano de 2015 foram publicadas nove Folhas Informativas que reflectiram grande parte da actividade da Confederação, mantendo-se o seu aspecto gráfico atractivo, pela simplicidade e eficácia.

Incorporámos na Folha, as notícias que nos foram enviadas pelas Estruturas Descentralizadas. Para comunicação com as filiadas e Órgãos Sociais foram produzidas catorze notas informativas, para além de outras informações relativas a iniciativas estatutárias.

Foi reconstruído o site do museu e incorporado no site da Confederação com link próprio, por intervenção de alunos das Escolas Profissionais, Bento de Jesus Caraça e Gustave Eiffel durante o estágio na CPCCRD. Não conseguimos cumprir o objectivo de dotar cada projecto de campanha com marca e suporte informativo próprio.

Provavelmente porque o Movimento Associativo Popular não promove acontecimentos trágicos nem de espectacularidade mediática que desperte o interesse das redacções, não conseguimos alcançar o objectivo de dar visibilidade à enorme actividade das Colectividades a nível nacional. Sabemos como havemos de lá chegar, mas as dificuldades financeiras não nos permitem subir esse patamar.

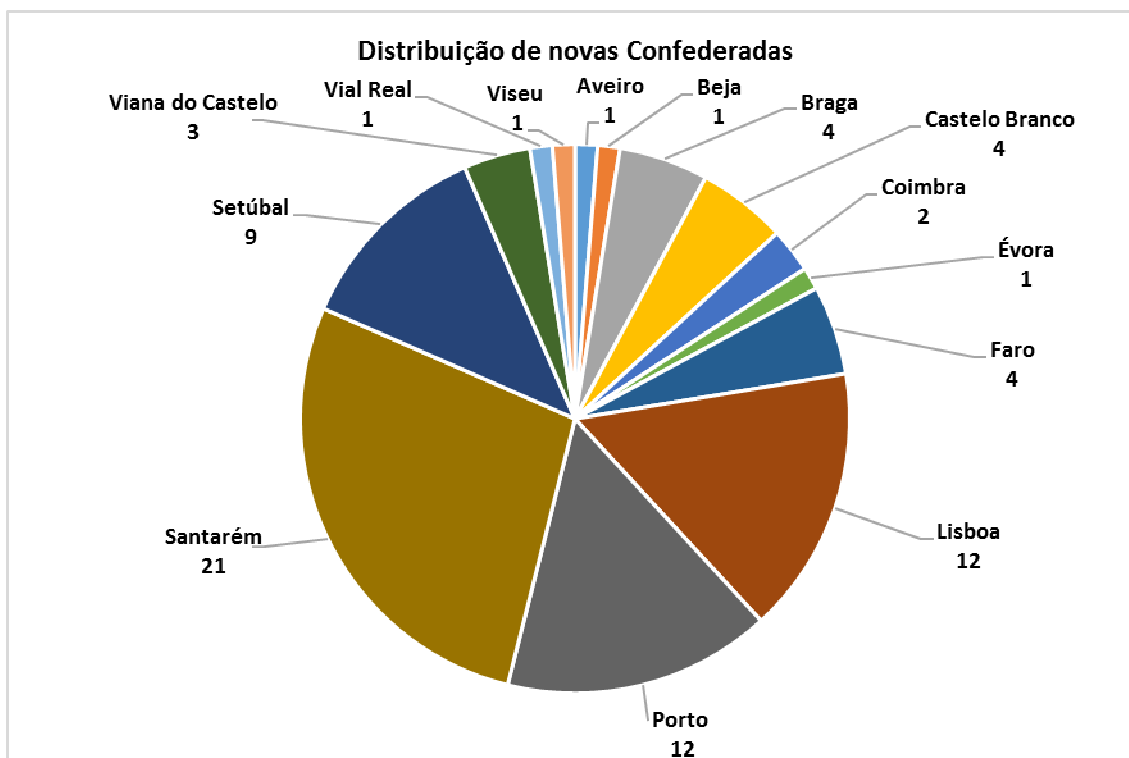
#### 4.2. Movimentos Sociais

Conforme previsto no Plano de Actividades, garantimos a presença e participação nos Movimentos Sociais em defesa da Paz, dos Serviços Públicos, Saúde, Transportes, Luta contra a Pobreza, Constituição da República, 1% para a Cultura e 25 Abril.

### V. Área administrativa, jurídica e fiscalidade

#### 5.1. Novas filiadas

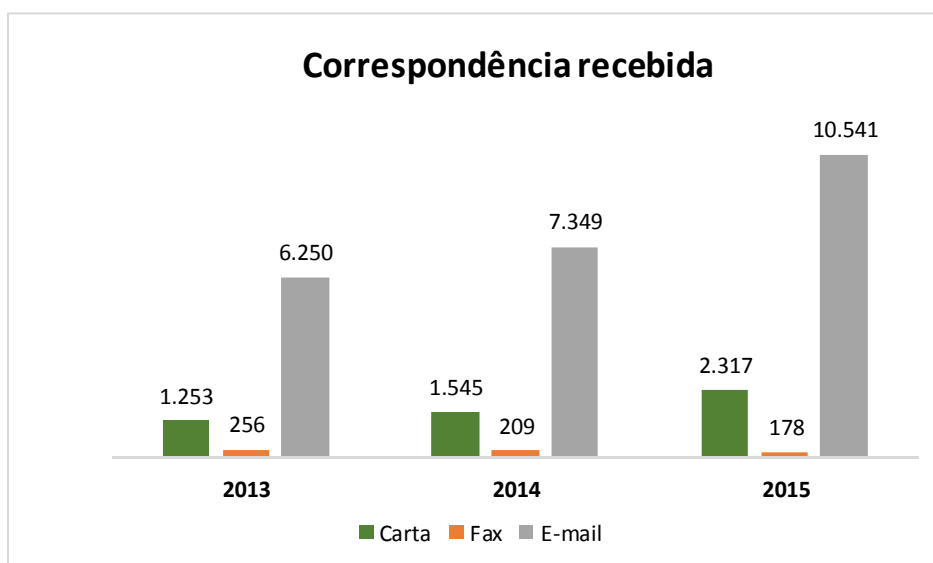
Devido à acção dos membros dos órgãos Sociais da Confederação, das Estruturas Descentralizadas e trabalhadoras da Confederação ou iniciativa das próprias, durante o ano de 2015 inscreveram-se 76 novas filiadas. Todas as candidaturas a filiada foram aceites tendo as mesmas recebido o Cartão, Diploma e Bandeira.

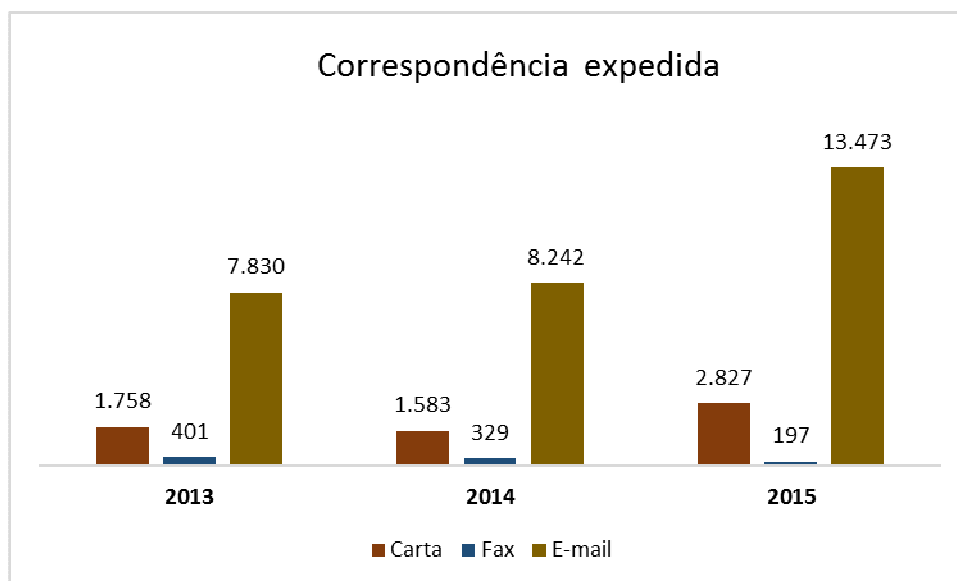


## 5.2. Área Administrativa

Tendo-se mantido o quadro de pessoal, regista-se que em Outubro terminou o contrato de cedência de um trabalhador por parte do Centro de Emprego. Derivado à grande exigência e intensidade de trabalho, não foi possível proporcionar a devida formação às funcionárias o que se identifica como uma necessidade a corrigir de imediato. Os serviços administrativos foram garantidos plenamente, com base na experiência e dedicação das trabalhadoras, expressa em esclarecimentos diários sobre processos de diversa ordem, vantagens na filiação, esclarecimentos sobre direitos e deveres, tratamento de pedidos de utilidade pública, escrituras notariais, apoio às estruturas descentralizadas e a todos os órgãos sociais da Confederação.

A correspondência recebida e enviada pelos serviços foi a que se mostra nos quadros abaixo:





### 5.3. Consultoria Jurídica

Face à carga legislativa que afecta as Colectividades e os seus Dirigentes, o Gabinete Jurídico reveste-se de enorme importância para a actividade associativa. Nessa perspectiva, O Gabinete Jurídico assegurou o atendimento às filiadas e aos Dirigentes, respondendo atempadamente aos pedidos de esclarecimentos e pareceres jurídicos que lhe foram dirigidos, quer pela via informática quer através do atendimento presencial na Confederação, respondendo prontamente aos pedidos. Durante o ano, foram prestados 94 pareceres e atendimentos presenciais.

### 5.4. Consultoria em Contabilidade e Fiscalidade

Proseguimos e melhorámos a consultoria na área da Contabilidade e Fiscalidade mercê da entrada de nova Contabilista Certificada que, com renovado sentido de responsabilidade, melhorou substancialmente o atendimento às filiadas, reduzindo o tempo entre as consultas e as respostas, quer nas consultas on-line quer nas presenciais. Durante o ano foram registadas 158 consultas por via da internet e 32 atendimentos presenciais.

Face às dificuldades colocadas pela OTOC (antes assim designada) atribuímos em definitivo a responsabilização das contabilidades das filiadas à nova Contabilista, que manteve a prática de custos reduzidos e tem vindo a garantir a eficácia e cumprimentos legais na feitura das contabilidades, evitando dessa forma penalizações para as Colectividades.

Através das acções de formação e constante informação e aconselhamentos, prosseguimos com a sensibilização dos Dirigentes para o cumprimento das regras fiscais existentes, com o intuito de evitar a aplicação de coimas às Colectividades e responsabilização directa dos Dirigentes pelos eventuais incumprimentos.

### **5.5. Funcionamento dos Órgãos Sociais**

Foram realizadas 25 reuniões da Direcção Executiva e 11 reuniões da Direcção Nacional. O Conselho Nacional reuniu em sessões ordinárias no dia 28 Março em Esgueira – Aveiro; 12 Dezembro no Museu dos Lanifícios - Covilhã, e em sessão extraordinária no dia 04 Julho na Associação dos Bombeiros Voluntários em Viana do Alentejo.

Foi garantido o funcionamento autónomo dos órgãos e a sua cooperação regular, tendo contribuído para o bom funcionamento e para a sua coesão institucional.

### **5.6. Deliberações Internas**

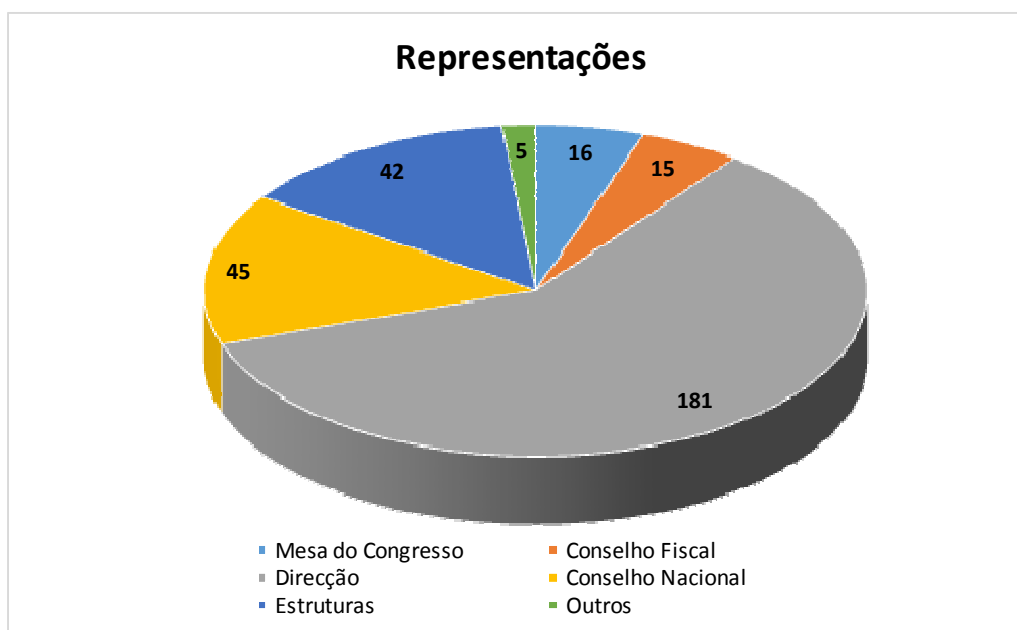
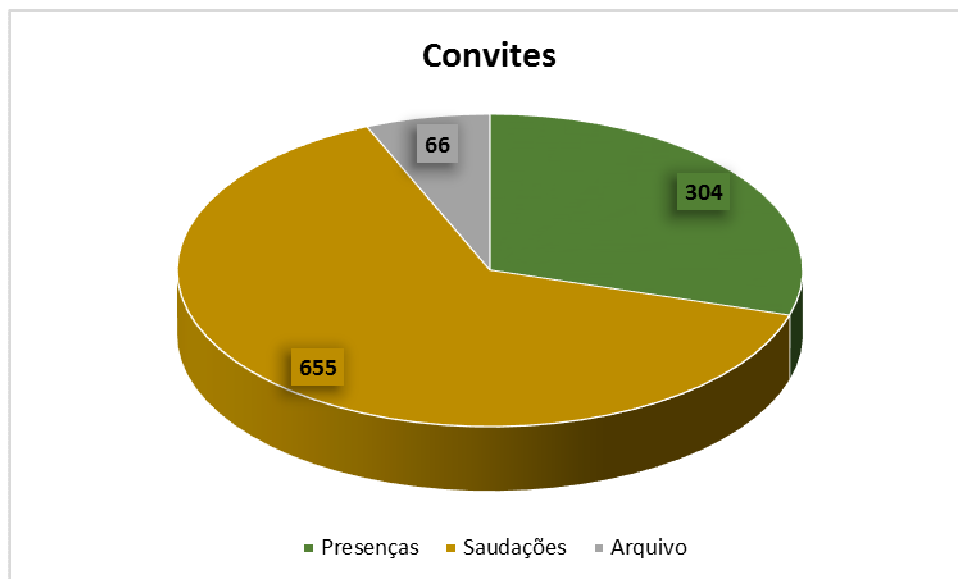
As actas da Direcção, contendo o resumo das reuniões, foram regularmente enviadas à Mesa do Congresso, ao Conselho Fiscal e a todos os membros dos Órgãos Sociais e Estruturas Descentralizadas que o solicitaram de forma fundamentada, assegurando desta forma a transparência da gestão através da visibilidade das decisões tomadas.

### **5.7. Convites e Representações**

O elevado número de convites que nos são enviados pelas Filiadas, Estruturas Descentralizadas, Entidades Parceiras, Organizações Representativas das várias áreas associativas e outras Instituições distintas, foram correspondidos dentro das nossas possibilidades pela via presencial ou através do envio de saudação.

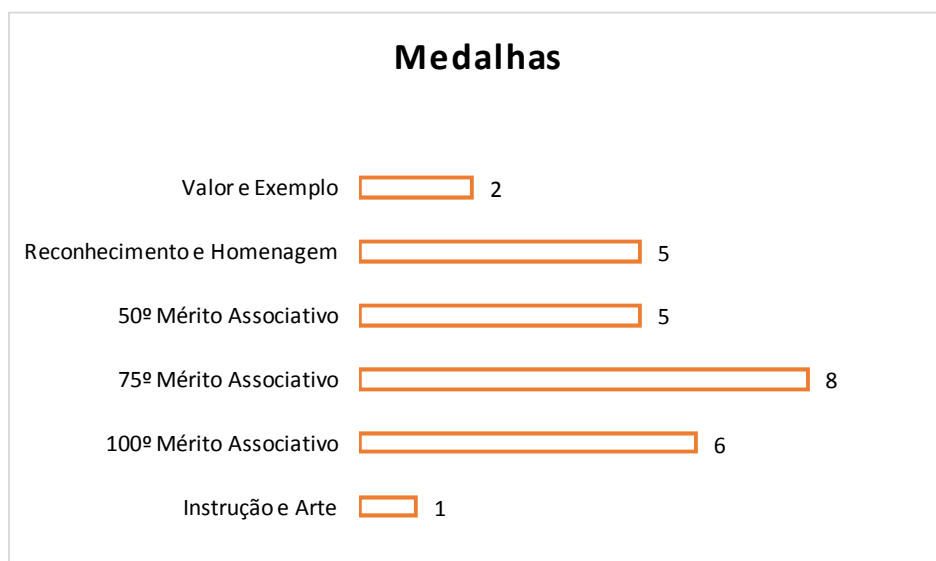
Foram enviadas saudações especiais a todas as Estruturas e filiadas antecipadamente à data do seu aniversário, mesmo àquelas que não nos dirigiram convite, ou deram nota daquela efeméride. Na globalidade, foram recebidos 1.025 convites que tiveram correspondência conforme os quadros que a seguir se apresentam:





## 5.8. Galardões e Distinções

Em conformidade com o Regulamento Geral Interno, por ocasião das Comemorações do 91º Aniversário da Confederação realizadas na sede do Comité Olímpico em Lisboa, foram entregues Galardões a pessoas individuais ou colectivas que, pela sua meritória acção associativa ou por outro relevante serviço prestado, a Direcção decidiu distinguir. Foram igualmente galardoadas as filiadas que completaram aniversários previstos no RGI.



### 5.9. Actividade geral dos Dirigentes (Direcção)

A actividade dos membros da Direcção foi condicionada por vários factores dos quais se destacam a situação profissional e de saúde de cada um, bem como a maior ou menor disponibilidade para o exercício do cargo.

Conscientes das suas limitações mas com grande esforço e dedicação, podemos afirmar que o balanço é francamente positivo uma vez que, no seu conjunto, os 11 membros da Direcção realizaram mais de 360 actividades – sem contar com as representações em aniversários das filiadas – entre as quais participação em conferências, debates, fóruns; reuniões do CNES; CND; SECultura - Dia Nacional das Bandas Filarmónicas; Estruturas Descentralizadas; Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia; acções de Formação de dirigentes; acompanhamento aos projectos e às regiões/distritos.

Foi ainda objecto de empenho da Direcção, a negociação e assinatura do Protocolo com a Fundação INATEL; negociação e assinatura do Protocolo com a Caixa de Crédito Agrícola; negociação exaustiva do protocolo com a SPA; participação nas estruturas como o COP-Comité Olímpico de Portugal; CDP – Confederação do Desporto de Portugal; CPV- Confederação Portuguesa do Voluntariado e da CASES- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

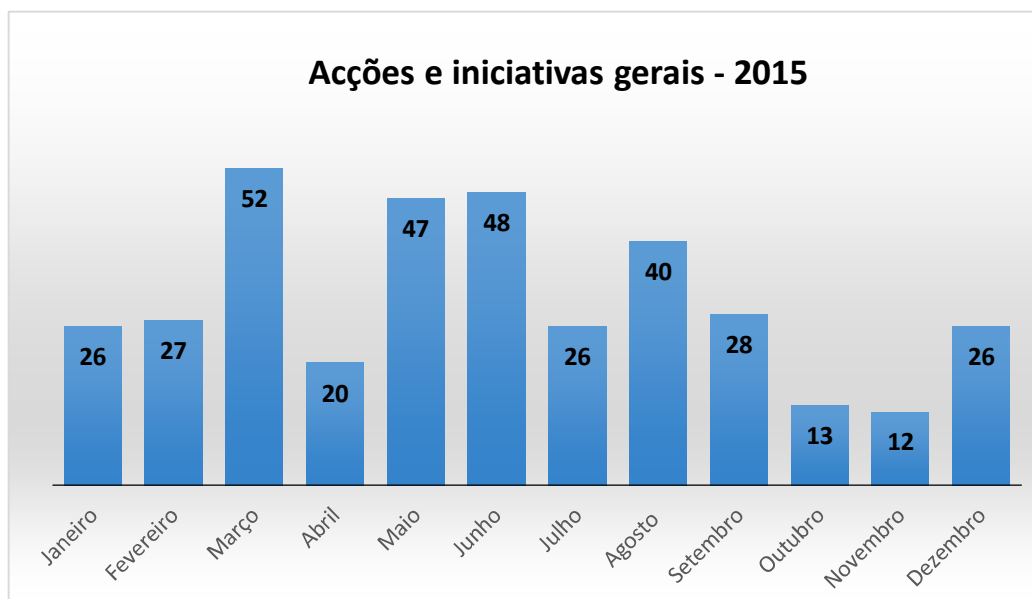
No âmbito de “Lisboa 2015 - Capital Europeia do Voluntariado”, estivemos representados na abertura e encerramento.

Por convite do INE, acompanhámos e participámos activamente na preparação da nova Conta Satélite da Economia Social, bem como das Contas Satélite da Cultura e do Desporto.

Desenvolvemos, com a Câmara Municipal de Lisboa, todo o processo de negociação da saída da Confederação das actuais instalações, onde será construída a Praça da Mouraria.

Recebemos (a seu pedido) os candidatos à Presidência da República – Sampaio da Nóvoa e Hedgar Silva.

O quadro seguinte, procura dar uma ideia da intensidade de actividades e acções desenvolvidas pela Direcção ao longo do ano de 2015.



## VI. Relações internacionais

As relações internacionais da Confederação tiveram o seu normal desenvolvimento através dos contactos que vamos mantendo com o nosso Conselheiro na Europa (França) bem como com entidades congéneres por via dos Projectos como é o caso dos Jogos Tradicionais e a Federação da Cultura Folclórica de Espanha.

Esta última entidade tem vindo a reforçar os contactos com vista à possível constituição de uma Federação Ibérica do Associativismo e da Cultura Popular que mantemos em fase de análise.

## **VII. Congresso Nacional de Colectividades**

Esta terá sido a maior e mais exigente tarefa do ano 2015, quer pela sua dimensão, quer pelos seus objectivos imediatos, quer ainda pelos reflexos que terá a médio e longo prazo.

Sendo uma hipótese inscrita no Programa de Acção para o Mandato 2013/2016, foi decidido pelo CN em Julho de 2014 em Miragaia a sua concretização e levado a efeito em finais de 2014, fase em que se constituiu a Comissão Organizadora e durante todo o ano de 2015.

No primeiro trimestre foram realizadas várias reuniões por todo o país onde foram identificados os assuntos (63) a levar ao Congresso. Entre Abril e Outubro, foram realizados debates e múltiplas formas de reflexão e desenvolvimento dos assuntos que resultou no Memorando Associativo onde é feito o diagnóstico do MAP em 78 temas.

A Comissão Organizadora teve como suporte técnico e logístico o Secretariado que assegurou todas as tarefas de funcionamento do Congresso no dia do seu encerramento em Lisboa.

A forma de organização ao longo do ano, bem como o modelo de funcionamento no dia 7 de Novembro foram considerados inovadores e exemplares no que respeita à participação de figuras públicas externas ao MAP.

A aprovação por unanimidade do Manifesto Associativo – Recomendações Estratégicas, é um excelente documento para os próximos anos.

O Congresso reuniu na sessão de encerramento em Lisboa 607 Delegados, prevendo-se que, em livro dedicado, possam constar todas as intervenções produzidas.

O momento final em que foi apresentado pela primeira vez em público o Hino da Confederação, constituiu um momento histórico e memorável.

## **VIII. Processo Eleitoral (2016)**

O ano 2015 é, na prática, o último ano do mandato 2013/2016. A preparação das eleições que se deverão realizar em Abril de 2016, começou com a calendarização das várias fases e com a constituição de um Grupo de Trabalho para análise aos Estatutos e RGI, admitindo-se a possibilidade de no mesmo dia e local, se realizar o Congresso Eleitoral (ordinário) e um Congresso Extraordinário.

Procurando a maior e mais diversificada e democrática participação possível, foi solicitado às Estruturas Descentralizadas e a todos os membros dos órgãos Sociais da Confederação que se pronunciassem sobre os seguintes aspectos: 1. Balanço ao mandato – aspectos positivos e negativos; 2. Aspectos que pudessem merecer alteração estatutária e ou regimental; 3. Nomes

de colegas que pudessem vir a integrar a futura Lista; 4. Propostas para o Programa de Acção para o Mandato 2016/2019.

Por seu lado, a Direcção fez a consulta aos actuais membros da Direcção, ao Presidente da Mesa do Congresso e à Presidente do Conselho Fiscal. No CN de Dezembro na Covilhã foi anunciado que os três presidentes dos três órgãos se mantinham disponíveis para continuar o que mereceu a aceitação do CN.

## **IX. Notas finais**

O presente Relatório está longe de mostrar toda a actividade associativa da nossa Confederação. Desde logo porque só reflecte o trabalho institucional e que é possível quantificar. Há toda uma actividade a montante que não é possível aqui enumerar.

Os mecanismos de acompanhamento ao trabalho associativo poderão ser ainda mais sistematizados no futuro, não obstante existir uma “Agenda Associativa” que é monitorizada semanalmente.

A importância do Relatório pode ser medida em função do que ele representa como forma de prestação de contas aos órgãos competentes de acordo com as normas estatutárias e regimentais mas também como depósito para a memória futura.

Tal como se afirma na introdução, este Relatório 2015 tem a particularidade de ser o último do mandato pelo que tudo o que for registado constitui o fim de um ciclo e o início de outro.

Terminamos agradecendo toda a colaboração das trabalhadoras efectivas, avençados e contratados da Confederação, sem os quais não seria possível todo o trabalho realizado.

Agradecemos a todas as personalidades e entidades públicas e privadas que de alguma forma colaboraram e apostaram na Confederação como um parceiro.